

Ajuda externa **o Eufin aprovou ontem o pacote de assistência financeira a Portugal**

# Taxa dos empréstimos europeus terá um valor médio de 5,7 por cento

Os ministros das Finanças da zona euro aprovaram a ajuda a Portugal e discutiram a eventual reestruturação da dívida grega. Cerca de 18 mil milhões virão em Maio

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

Portugal tornou-se ontem no terceiro país da zona euro a ser objecto de uma assistência financeira dos parceiros e do Fundo Monetário Internacional (FMI), depois da aprovação pelos ministros europeus das finanças de um pacote de empréstimos de 78 mil milhões de euros durante os próximos três anos.

A aprovação da ajuda permitirá a transferência para o país da primeira tranche de empréstimos, num valor ligeiramente acima de 18 mil milhões de euros, até ao fim do mês de modo a evitar a situação de bancarrota que precipitou o pedido de ajuda externa.

A taxa de juro para os 52 mil milhões de euros que serão garantidos pelos europeus não foi anunciada oficialmente, mas de acordo com vários diplomatas europeus, terá um valor médio de 5,7 por cento para um prazo de reembolso médio de 7 anos e meio.

Este valor inclui uma majoração da taxa que vier a ser cobrada pelo mercado ligeiramente superior a 200 pontos de base (2 pontos percentuais) ao abrigo das regras europeias que impõem uma penalidade aos países indisciplinados.

## FMI com juros de 3,25 e 4,25

O FMI, que financia um terço do pacote português - 26 mil milhões de euros - cobrará em contrapartida juros de 3,25 por cento nos três primeiros anos e 4,25 por cento nos seguintes.

Segundo os cálculos de Teixeira dos Santos, ministro das finanças, o peso combinado do FMI e dos fundos europeus permitirão que a taxa de juro média aplicada à totalidade dos 78 mil milhões de euros se situará nos 5 por cento nos primeiros três anos e de 5,2 por cento por cento nos restantes. O que, frisou, representa uma taxa média de 5,1 por cento ao longo da duração total do programa.

O ministro salvaguardou no entanto o facto de a taxa efectiva depender do valor dos juros que vierem a ser cobrados no mercado aos empréstimos garantidos tanto pelos europeus (governos da zona euro e orçamento comunitário) como pelo FMI para fornecer a Portugal.

Por imposição da Finlândia, o pa-

“

As autoridades

portuguesas

procurarão

encorajar

os investidores

privados a manter

a sua exposição”

à dívida portuguesa

“numa base

voluntária”

Declaração política do Ecofin

”

Quem vai garantir quanto para ajuda do FME e Portugal?

País	Valor (milhões de euros)	(%)
Bélgica	970	(3,73%)
Alemanha	7540	(29%)
Estónia	70	(0,27%)
Espanha	3320	(12,77%)
França	5686	(21,87%)
Itália	4997	(19,22%)
Chipre	54,6	(0,21%)
Luxemburgo	67,6	(0,26%)
Malta	23,4	(0,09%)
Holanda	1594	(6,13%)
Áustria	775	(2,98%)
Eslovénia	130	(0,5%)
Eslováquia	279,6	(1,06%)
Finlândia	502	(1,93%)
<b>TOTAL</b>	<b>26.000</b>	<b>100%</b>

Não inclui "sobregarantia" de 20% acima do montante total do empréstimo, que é distribuída segundo o peso de cada país-membro

Fonte: PÚBLICO.

cote português, que inclui um duro programa de ajustamento económico, tem uma novidade face aos que foram negociados com a Grécia, em Maio do ano passado, e para a Irlanda, em Novembro, ao incluir uma referência explícita à associação dos investidores privados.

“As autoridades portuguesas procurarão encorajar os investidores privados a manter a sua exposição” à dívida portuguesa “numa base voluntária”, afirma a declaração política ontem aprovada pelos ministros das finanças do euro e da União Europeia (UE).

Ou seja, o governo terá de tentar convencer os detentores de dívida portuguesa a não vender os títulos do Estado para evitar que a especulação resulte num aumento dos juros no mercado secundário dificultando o regresso do país ao mercado da dívida.

Como o governo não tem quaisquer meios de convencer os investidores, esta exigência foi retida sobretudo para consumo interno na Finlândia.

## Privados a partir de 2013

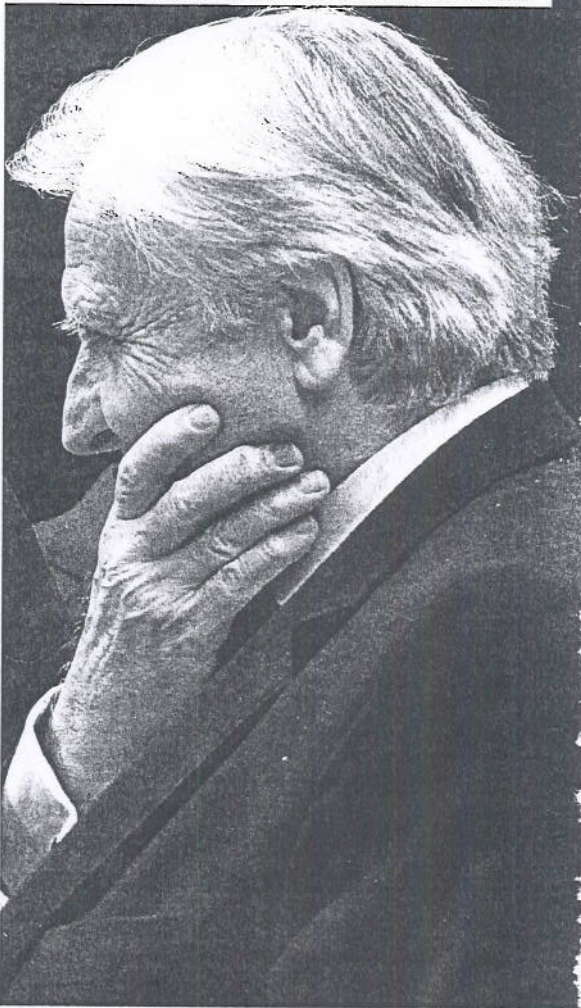
O envolvimento dos privados não está previsto nas actuais regras europeias, mas passará a ser uma obrigação depois de 2013, quando os actuais fundos provisórios de socorro forem substituídos por um mecanismo permanente de estabilidade.

A luz verde da ajuda a Portugal por parte do parlamento finlandês, um dos poucos que tem de aprovar expressamente os programas de socorro, revelou-se particularmente complicada devido à oposição de um partido populista - os Verdadeiros Finlandeses - que, por essa razão, desistiu de integrar o próximo governo de coligação.

O outro partido, socialista, deu o seu acordo mediante duas condições: a realização de um programa de privatizações, que já está previsto no programa de ajustamento, e a referência aos investidores privados, de modo a sublinhar que não são apenas os contribuintes que terão de suportar os custos da assistência a Portugal.

Depois de resolvidos estes requisitos, os ministros aprovaram o programa e “acordaram unanimemente conceder assistência financeira” a Portugal.

Jean-Claude Trichet (BCE) e Teixeira dos Santos ontem em Bruxelas



Impacto de crise financeira  
Responsáveis mostram forte decepção mas zona euro

Os responsáveis europeus manifestaram ontem uma forte decepção pela prisão de Dominique Strauss-Kahn, director-geral do FMI, embora mostrando-se confiantes na continuidade do envolvimento do Fundo na resolução dos problemas da zona euro.

“Tenho de dizer que estou muito triste, triste e preocupado, é um bom amigo”, lamentou Jean-Claude Juncker, ministro das finanças do eurogrupo, no final de uma reunião dos seus pares da zona euro, em que Strauss-Kahn deveria ter participado. “Não gostei de ver as imagens que vi na televisão, são muito tristes (...) puseram-me muito triste”, prosseguiu, embora frisando que não lhe

cabe comentar as decisões da justiça americana.

Juncker deixou igualmente claro que recusa entrar em qualquer discussão ou especulação sobre cenários de sucessão do director-geral do FMI enquanto ele se mantiver no posto, criticando aliás duramente os que o fizeram. “É indecoroso que alguns governos tenham começado esse debate esta manhã. É um debate deslocado”, acusou.

De acordo com um diplomata europeu, a ausência de Strauss-Kahn, que foi nomeadamente substituído por António Borges, director para a Europa - tornou-se imediatamente evidente nas discussões sobre a revisão do programa de assistência